

Componente:	Componente de Desenvolvimento da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) no Brasil
Programa:	IV. Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos

O Programa “Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos”, inserido no Componente de Desenvolvimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil é composto por três subprogramas, quais sejam: i) Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais, e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos; ii) Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão integrada de recursos hídricos; e iii) Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos.

As referências para o detalhamento dos subprogramas acima citados recaem no conteúdo do Plano Nacional de Recursos Hídricos, nos debates e nas contribuições oriundas da Oficina “Detalhamento dos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, realizada em março de 2007, e em consultas a técnicos envolvidos no cotidiano da implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Para consolidação deste Programa foram analisadas, ainda, as ações desenvolvidas e em desenvolvimento, bem como, as perspectivas de pautas no âmbito da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos denominada Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM.

Ademais, considerou-se como referências centrais para o processo de detalhamento as macro-diretrizes (Volume III do PNRH, mais especificamente aquelas apresentadas no segundo conjunto de macro-diretrizes) e os elementos para a construção de uma estratégia robusta (Volume II do PNRH). As macro-diretrizes relacionadas ao referido Programa são:

- Desenvolver estudos e pesquisas voltados para ampliar a base atual do conhecimento no campo dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais, sob a ótica da qualidade e da quantidade.
- Produzir conhecimento e estimular a inovação tecnológica, visando a contribuir para a gestão das demandas e para a gestão das demandas e para o aumento da oferta de água, colaborando, ainda, para assegurar os usos múltiplos e a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos diversos usos.
- Ampliar, mediante estudos e pesquisas, o entendimento das relações entre a dinâmica das disponibilidades hídricas e o comportamento climático.
- Promover o desenvolvimento de pesquisas e a difusão de tecnologia orientada para a integração e a conservação dos ecossistemas de água doce florestal com a previsão dos efeitos das mudanças climáticas por meio de modelos de suporte para a tomada de decisão.
- Disponibilizar, em favor de populações tradicionais e dos povos indígenas, alternativas de oferta de água compatível com seu contexto sociocultural e buscar tecnologias apropriadas para a inserção socioeconômica de pequenos e médios produtores, sempre sob a perspectiva da sustentabilidade.
- Promover a formação de profissionais para atuarem em gestão integrada de recursos hídricos, atualizar os decisores públicos do processo de gestão em seus diversos níveis de atuação, como também qualificar membros da sociedade neles incluindo grupos tradicionais e representantes das comunidades indígenas, para participar de forma efetiva dos colegiados do SINGREH.
- Promover a incorporação da perspectiva de gênero como elemento essencial na implementação da gestão integrada de recursos hídricos.
- Criar as bases para ampliar e democratizar as discussões sobre a temática água, estimulando o permanente diálogo entre diferentes saberes – científico-tecnológico, filosófico e biorregional ou tradicional - uma vez que a construção do conhecimento é um processo que envolve multiplicidade de atores e componentes.
- Promover o empoderamento da sociedade na elaboração e na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, fortalecendo os canais de comunicação existentes e a criação de novos, assim como o aperfeiçoamento dos meios de interlocução social.

Por último, vale destacar que o referido programa possui como principais características um caráter transversal aos demais programas do PNRH e uma estreita articulação com a meta estratégica do PNRH que versa sobre a *percepção da conservação da água como um valor socioambiental relevante*.

Componente: Desenvolvimento da gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH) no Brasil.

Programa IV: Desenvolvimento tecnológico, capacitação, comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos

Subprograma: IV.2 - Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão integrada de recursos hídricos

1 - Contexto e Justificativas

A Política Nacional de Recursos Hídricos, promulgada em 1997, estabeleceu os instrumentos de gestão das águas, a saber, os planos de recursos hídricos, o enquadramento de usos, a outorga e a cobrança, a compensação aos municípios e o sistema de informações em recursos hídricos. Embora muito se tenha avançado no setor na última década com a nova legislação, esses instrumentos podem se tornar pouco eficazes sem o real envolvimento da sociedade na conservação e proteção dos recursos hídricos, seja considerando-se os diferentes usuários, ou de uma forma mais ampla, os cidadãos e cidadãs.

Contudo, a tarefa é hoje mais complexa do que sensibilizar e educar a sociedade para o uso sustentável da água. Com a descentralização do poder decisório por meio da instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica – nos âmbitos federal e estaduais, novas relações entre governo e a sociedade civil vem sendo construídas, em um ambiente de grande especialização técnica.

De fato, o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SINGREH, previsto no artigo 21 da Constituição de 1998, e regulamentado pela Lei Federal nº 9.433/97, teve sua implementação iniciada com a instalação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em 1998. A implementação do SINGREH, portanto, é recente, assim como são inovadores para a administração pública e a sociedade os conceitos de gestão descentralizada e participativa, a utilização da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, e a gestão sob o enfoque dos usos múltiplos dos recursos hídricos.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Recursos Hídricos visa desenvolver a gestão integrada sob a ótica do desenvolvimento sustentável e inclusão social, trazendo consequentemente uma mudança de comportamento em todos os segmentos da sociedade para o uso sustentável da água. Para tal mudança frente às questões ambientais, entre elas o uso sustentável dos recursos hídricos, a educação ambiental se apresenta como um processo de forte referência histórica e conteúdo transformador da sociedade e da relação dessa com a natureza.

A mudança de percepção da água apenas como insumo produtivo para um valor socioambiental relevante, como preconiza o PNRH, tem na educação ambiental o apoio para o desenvolvimento de estratégias eficientes e eficazes de implementação da gestão integrada dos recursos hídricos. Ao mesmo tempo, a capacitação em GIRH revela-se como fundamental ao fortalecimento dos atores sociais, gestores e técnicos que participam da gestão e à consolidação do SINGREH em suas diferentes instâncias.

Assim, o Subprograma IV.2 apresenta uma forte correlação com o desenvolvimento de capacidades, habilidades e competências dos atores protagonistas da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no SINGREH, respeitando-se as diversidades sócio-culturais dos diferentes públicos envolvidos e ainda a equidade de gênero.

Esse processo torna-se central na medida em que o sistema brasileiro de gestão das águas foi definido como democrático, descentralizado e participativo segundo a Lei nº 9.433/1997. Somente com os representantes de diferentes segmentos da sociedade atuantes no SINGREH devidamente capacitados para o exercício da gestão, é possível alcançar tais pressupostos da Política Nacional de Recursos Hídricos, em conformidade com o PNRH.

2 - Conceitos e Diretrizes

Para o detalhamento do Subprograma IV.2 são referências conceituais e diretrizes orientadoras, além das contidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos ou em documentos citados pelo mesmo, documentos nacionais e internacionais que tratam sobre temáticas diretamente afetas às tratadas no subprograma, e ainda os resultados das oficinas temáticas e setoriais do PNRH, e da Oficina de Discussão da Proposta de Detalhamento do Programa IV.

De forma geral, o PNRH dispõe sobre a convergência com os princípios da Agenda 21 e com as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Em referência particular ao Subprograma IV.2, o PNRH estabelece a orientação dos projetos de educação ambiental com base na Agenda 21, no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, e na Carta da Terra.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento construído também no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, apresenta uma educação ambiental que trata a natureza com uma perspectiva holística. Isso fortalece o sentido de uma educação ambiental que aborde a água em todas as suas dimensões e de forma sistêmica no meio ambiente. Além disso, o Tratado visualiza uma educação ambiental que fortalece a democracia e a construção de sujeitos comprometidos com sociedades sustentáveis, o que contribui para o fortalecimento das instituições presentes no SINGREH.

A Carta da Terra endossa as orientações já citadas, e corrobora com os objetivos do PNRH, ao configurar-se como documento de referência para que as atividades humanas estejam em equilíbrio com os sistemas ecológicos em todo o Planeta, e onde sociedades sustentáveis consolidem formas democráticas e participativas de convivência e construção de um futuro melhor.

Por sua característica transversal a todas as políticas públicas, a água é um elemento chave para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, desde a melhoria do quadro de saúde das populações, em especial das crianças e mulheres, à sua importância como eixo pedagógico da educação ambiental e componente do desenvolvimento econômico e social. Esses compromissos também são convergentes com os Objetivos de Implementação de Johannesburgo (Rio+10), como bem aponta a Década das Nações Unidas de Ação Internacional “Água para a vida” (2005-2015).

Em se tratando da Agenda 21, torna-se complexo definir qual o capítulo mais apropriado para orientar o detalhamento do Programa IV do PNRH. A temática da água é transversal a boa parte, senão de todos, dos temas tratados em seus 40 capítulos.

Particularmente o Capítulo 18, que trata da “Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos”, prevê entre outros, a valorização do papel da mulher e a inclusão dos povos indígenas, da juventude e comunidades locais na gestão, além de destacar o desenvolvimento de recursos humanos; o Capítulo 36, que trata do “Ensino, Conscientização e Treinamento” e funda as premissas para a atual Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2002-2012); e o Capítulo 37, que referencia o conceito de desenvolvimento de capacidades.

Embora o conceito de desenvolvimento de capacidades seja uma referência desde a década de 80 para as entidades ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) no fortalecimento de instituições de países pobres e em desenvolvimento, é o Capítulo 37 da Agenda 21 que fortalece o seu sentido no âmbito da transição para sociedades sustentáveis ao afirmar que: **“o desenvolvimento de capacidades nos países engloba seus recursos humanos, científicos, tecnológicos, organizacionais, institucionais e capacidades. Um objetivo fundamental do desenvolvimento de capacidades é potencializar a habilidade de abordar e avaliar as questões importantes que se relacionam com decisões políticas sobre as opções de desenvolvimento, baseado em uma compreensão das potencialidades e limitações do meio ambiente e das necessidades percebidas pelas populações envolvidas”**.

No âmbito da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o conceito de desenvolvimento de capacidades no simpósio realizado em Delft (1991): “Estratégia para o Desenvolvimento de Capacidades no Setor Água”. O conceito de desenvolvimento de capacidades vem tratando não só do processo de capacitação em si, mas visando também: a integração entre informação, conhecimento e capacitação; o fortalecimento institucional por meio do desenvolvimento de pessoas; a articulação entre diferentes instituições e setores; e a construção de diretrizes comuns para o alcance da GIRH.

No campo da Educação Ambiental, alguns documentos de referência internacional como a Carta de Belgrado, as Declarações de Tblisi e Thessaloníki e a sua consolidação na Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental em Moscou não são esquecidos. Entretanto, considera-se que os documentos nacionais sobre a Educação Ambiental evoluíram junto a essas bases conceituais e já incorporam suas principais diretrizes, como a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei nº 9.795/99).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - Lei Federal nº 9.795/99) entende como educação ambiental **“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”** (Artigo 1º); e ainda como **“componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”** (Artigo 2º).

A educação ambiental tem caráter abrangente, emancipador e forte contextualização histórica pelas agendas de luta política que engendra; enquanto a capacitação é entendida na PNEA como um campo mais restrito do processo educativo e refere-se à formação de recursos humanos ao diferenciá-la como o preparo, a formação e a especialização de educadores e profissionais, e a inserção da dimensão ambiental na formação de educadores e profissionais.

Assim, a PNEA reconhece a capacitação como uma componente do processo educativo utilizada em casos específicos voltados a profissionais e educadores, mas distinta da educação ambiental como processo, embora deva ser desenvolvida segundo marco conceitual e diretrizes contidos na Lei nº 9.795/99. Como dispõe o Decreto nº 4.281/2002, artigo 6º, inciso IV, ***“devem ser desenvolvidos programas de educação ambiental integrados”*** entre outros, ***“a processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas”***.

Em cumprimento à PNEA e ao seu Órgão Gestor regulamentado pelo Decreto nº 4.281/2002, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) estabelece como diretrizes de suas ações e estratégias: a transversalidade e interdisciplinaridade; a descentralização espacial e institucional; a sustentabilidade socioambiental; a democracia e participação social; e o aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental. Como linhas de ação, entre outras, estão a formação continuada de educadores/educadoras e gestores/gestoras, além da comunicação ambiental.

Ainda são referências os documentos conceituais e metodológicos publicados pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, buscando estabelecer um alinhamento conceitual e metodológico com as propostas realizadas pelos órgãos federais com competências sobre a matéria.

Documentos internacionais destacam ainda a juventude como um dos atores sociais de relevância na gestão integrada dos recursos hídricos. Os jovens já demonstraram compromisso com questões de relevância ao Programa IV do PNRH, quando ao final da II Conferência Infanto- Juvenil pelo Meio Ambiente em 2006, afirmam na Carta de Responsabilidades seu engajamento na divulgação da informação e ampliação dos conhecimentos por meio da educação ambiental.

Mas é a Lei Federal nº 9.433 de 1997, dispondo sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, que rege a gestão das águas no Brasil buscando o uso sustentável dos recursos hídricos de forma democrática, descentralizada e participativa, celebrando por meio da implementação de seus instrumentos – principalmente o Plano Nacional de Recursos Hídricos – os princípios da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

Além dos documentos de referência citados pelo PNRH, alguns documentos foram utilizados devido a sua condição de políticas públicas nacionais referentes aos temas tratados pelos subprogramas, e outros de forma complementar – nacionais e internacionais, devido a sua relação direta com os temas abordados, contribuindo para um enquadramento conceitual do processo de detalhamento: Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (1994); Convenção de Ramsar (1975); Declaração de Dublin (1992); Declaração de Paris (1998); Declaração do II Fórum Mundial da Água - Haia (2000); Declaração do III Fórum Mundial da Água - Kioto (2003); Declarações do IV Fórum Mundial da Água no México (2006) relativas à gênero, povos indígenas, e ministeriais oficial e alternativa; Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 169/1989 sobre direitos dos povos indígenas e tribais em países independentes; Orientações sobre água, educação, informação e conhecimento da UNESCO/PNUD; Diretrizes para o desenvolvimento de capacidades da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE (2006); Declaração de Caracas para a Educação Ambiental na região Ibero-americana (2000); Referências da Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2002-2012); Referências da Década das Nações Unidas de Ação Internacional “Água para a vida” (2005-2015); Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II; Agenda 21 Brasileira; Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Presidencial nº 6.040/2007); Lei 11.326/2006 que institui as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar; Plano Nacional de Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/96); Carta das Responsabilidades “Vamos Cuidar do Brasil”; e Referências da Década Brasileira da Água - Decreto de 22 de março de 2005 (2005-2015).

Além dos conceitos e diretrizes abordados, as macrodiretrizes propostas no PNRH que têm relação direta com esse subprograma se apresentam como orientadores construídos colaborativamente durante a elaboração do PNRH, refletindo muitos dos conceitos abordados por documentos e políticas nacionais e internacionais, e ao mesmo tempo contextualizando a prática social, como se segue:

1. Promover a formação de profissionais para atuarem em gestão integrada de recursos hídricos; atualizar os decisores públicos do processo de gestão em seus diversos níveis de atuação, como também qualificar membros da sociedade, neles incluindo grupos tradicionais e representantes de comunidades indígenas, para participar de forma efetiva dos colegiados do SINGREH.
2. Promover a incorporação da perspectiva de gênero como elemento essencial na implementação da gestão

integrada de recursos hídricos.

3. Criar bases para ampliar e democratizar as discussões sobre a temática da água, estimulando o permanente diálogo entre diferentes saberes – científico-tecnológico, filosófico e biorregional ou tradicional, uma vez que a construção do conhecimento é um processo que envolve multiplicidade de atores e componentes.

Soma-se à esse conjunto de macrodiretrizes, algumas premissas que também deverão orientar a implementação das ações desse subprograma, quais sejam:

1. incluir a disseminação de informações necessárias ao desempenho da gestão e dialogar sistematicamente com as especificidades regionais, considerados os aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e dos usos dos recursos hídricos.

2. apoiar transversalmente a implementação dos demais programas do PNRH, estimulando o processo de educação continuada para formação dos agentes visando à modernização da base técnica, profissional e institucional para desenvolvimento, implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e para uma melhor gestão de recursos hídricos.

Contudo, ainda toma-se como fundamental estabelecer um referencial político-pedagógico para o Subprograma IV.2, recorrendo ao conceito de “cardápio” de opções de aprendizagem para os educadores e educadoras ambientais introduzido pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Segundo essa concepção, são apontados vários caminhos não excludentes para o desenvolvimento de processos de educação ambiental dentro de uma diversidade de orientações conceituais. Embora todas as orientações possam ser acessadas e apropriadas pelos atores sociais em atendimento aos subprogramas do Programa IV, faz-se na presente minuta de detalhamento a opção pela **Pedagogia da Práxis** para orientar as estratégias de capacitação, educação e comunicação em GIRH.

3 - Objetivo Geral:

Desenvolver ações de capacitação e EA, voltadas a agentes multiplicadores que possam, pela via de programas descentralizados e capilares de EA focados em recursos hídricos, difundir conceitos e práticas, além de apoiar transversalmente a própria implementação dos demais programas do PNRH.

4 - Objetivos Específicos:

- Difundir conceitos da política nacional de recursos hídricos e alcançar maior aceitabilidade de conceitos que embasam a GIRH no país.
- Promover a atualização dos gestores da política de recursos hídricos que integram o SINGREH sobre conceitos relacionados à formulação e implementação de políticas públicas e sobre o PNRH.
- Contribuir para a institucionalização da gestão integrada de recursos hídricos e a efetividade da implantação do SINGREH.
- Propor mecanismos de apoio transversal continuado à implementação dos programas e subprogramas do PNRH e a interação dos atores sociais junto ao PNRH.
- Fortalecer a incorporação da perspectiva de gênero e das comunidades tradicionais às discussões em torno da Política Nacional de Recursos Hídricos.

5 - Ações Previstas IV.2

Ação IV.2.1 Estratégia continuada de desenvolvimento de capacidades em GIRH para os atores do

A Política Nacional de Recursos Hídricos define como integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, segundo seu artigo 33 (considerando nesse caso a regulamentação pelo artigo 30 da Lei nº 9.984/2000): o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; a Agência Nacional de Águas; os Conselhos de Recursos Hídricos das 27 unidades da Federação; os Comitês de Bacia Hidrográfica; os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão dos recursos hídricos; e por fim, as Agências de Água.

No que concerne aos Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia, considerados órgãos colegiados do SINGREH, os atores que representam os diferentes segmentos que os compõem, são por sua vez definidos pelos artigos 34, 39 e 47 da Lei nº 9.433/97 e pelo regimento interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Assim, compõem tais órgãos colegiados, de forma geral: os representantes do poder público federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, dos Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos, dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis de recursos hídricos. No caso de comitês de bacia que abranjam territórios indígenas, devem ser considerados ainda representantes das comunidades ali situadas. As especificidades a serem consideradas em processos de desenvolvimento de capacidades tornam-se complexas ao constatar-se que esses representantes podem ser substituídos periodicamente, e os espaços em que participam também não se configuram como ambientes organizacionais permanentes.

Tanto os Conselhos de Recursos Hídricos como os Comitês de Bacia elegem representantes regularmente de acordo com normas específicas e prazos estipulados, bem como reúnem-se em períodos determinados. Isso não permite a constituição de um espaço permanente que possa ser alcançado regularmente pelos processos de desenvolvimento de capacidades, ao contrário, por exemplo, dos órgãos da administração pública ou Agências de Águas, permanentemente constituídos e em funcionamento contínuo como qualquer outro ambiente organizacional. Essa característica de transitoriedade implica na adoção de metodologias de desenvolvimento de capacidades que permitam um fluxo de aprendizagem que, inicialmente: (i) transcendam as reuniões ordinárias e extraordinárias, (ii) sejam flexíveis no alcance dos representantes legalmente constituídos em suas instituições de origem sem sobrecarregar suas atividades regulares, e (iii) absorvam os impactos da descontinuidade dos representantes eleitos periodicamente tanto no âmbito da transição de governos em diferentes esferas, como para os demais segmentos da sociedade.

Assim, as ações previstas em cumprimento dos respectivos objetivos do subprograma IV.2 estão constituídas como estratégias complementares entre si, e em interface com os subprogramas IV.1 e IV.3. Tais estratégias são baseadas nas especificidades dos diferentes grupos apontados pelo PNRH a serem considerados sobretudo em processos de capacitação, optando-se portanto por atividades presenciais e a distância, que configuram a modalidade de aprendizagem “semipresencial”. Os gestores e atores sociais envolvidos com a GIRH encontram-se em exercício profissional em diferentes órgãos, e com pouca disponibilidade pessoal e de tempo para o aperfeiçoamento em tema específico que muitas vezes não atende as expectativas de seus órgãos e instituições de origem.

Além disso, a gestão dos recursos hídricos se caracteriza pelo fluxo descontínuo, entre diferentes atores, de conteúdos altamente especializados que fundamentam os processos técnicos, subsidiando o processo de tomada de decisão. Isso torna difícil solucionar as deficiências dos atores sociais envolvidos nos processos de gestão dos recursos hídricos por meio da transferência de conhecimentos apenas pela via de agentes multiplicadores. Isso porque a formação específica em recursos hídricos não pode ser transmitida de agente para agente configurando-se apenas como uma reflexão sobre as diferentes dimensões dos processos de gestão da água. Ao contrário, torna-se uma grande responsabilidade submeter atores sociais às arenas de disputa entre diferentes interesses e entendimentos sem o devido preparo. Embora o objetivo do processo de desenvolvimento de capacidades em GIRH não seja de formação técnica ou acadêmica, é preciso propiciar maior entendimento e levar os atores a um maior posicionamento crítico nos espaços de gestão, e no uso sustentável da água em seus espaços de prática.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de capacidades por meio de diferentes estratégias de aprendizagem apresenta maior probabilidade de envolver os educandos de forma qualitativa, permitindo uma interação entre diferentes opções de ferramentas educativas, meios de comunicação e estratégias de aprendizagem, sem sobrecarregar os participantes e atendendo em diferentes campos as especificidades de cada segmento envolvido.

Como possíveis resultados da aplicação de uma metodologia de desenvolvimento de capacidades seguindo tal perspectiva espera-se, no mínimo, que os gestores, técnicos e atores sociais com exercício profissional ou representativo no SINGREH:

- a) ampliem seus conhecimentos sobre o território da bacia hidrográfica reconhecendo as suas

componentes ecológicas, ambientais, sócio-históricas, econômicas e culturais, desenvolvendo uma compreensão crítica e multidisciplinar do processo de construção de políticas públicas dirigidas à gestão da água;

b) atuem com base no conhecimento e compreensão dos aspectos legais e institucionais da gestão consonantes a Política Nacional de Recursos Hídricos e na articulação entre instituições para a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

c) exercitem habilidades e competências relacionadas com os princípios da gestão integrada de recursos hídricos nos processos decisórios sobre a gestão da água;

d) representem seus valores, interesses e posições com base em princípios éticos e de reconhecimento das diferenças entre a diversidade de atores/atrizes sociais presentes nos processos de negociação, bem como atuando como gestores de conflitos nos processos de disputas sobre as decisões;

e) desenvolvam uma percepção sistêmica da água como um valor socioambiental relevante, avaliando os conflitos por seu uso de forma integrada e compartilhada entre os diferentes segmentos, valorizando e respeitando a multiplicidade de interesses e posições para a construção de soluções colaborativas dos problemas de gestão;

f) comprometam-se com a implementação do SINGREH como re-editores do Plano Nacional de Recursos Hídricos em suas instituições e espaços de prática, incentivando a responsabilidade de suas instituições bem como atuando na promoção de seu interesse pela gestão da água, contribuindo também para o fortalecimento de sua representação em entes colegiados;

Assim, a metodologia apresentada para o desenvolvimento de capacidades em GIRH para os agentes gestores e atores sociais que exercem competências no âmbito do SINGREH baseia-se nas seguintes etapas de forma integrada e processual, e considerando a equidade de gênero:

- 1) constituição e preparo de equipe multidisciplinar para o desenvolvimento de capacidades em GIRH no âmbito das instituições executoras (SRHU/MMA e ANA) para a coordenação, capacitação pedagógica e suporte dos processos de aprendizagem semi-presencial;
- 2) envolvimento gradual dos gestores técnicos e atores sociais no processo de desenvolvimento de capacidades em GIRH, priorizando-se os comitês de bacia, conselhos estaduais, órgãos estaduais de gestão dos recursos hídricos e municípios, envolvendo representantes substitutos e agregando novos representantes na medida do interesse espontâneo;
- 3) realização de seminários presenciais regionalizados de curta duração com a participação da equipe multidisciplinar local e ainda técnicos da SRHU e ANA para formação e envolvimento do público de interesse nos processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH, e integração dos mesmos ao processo semi-presencial;
- 4) desenvolvimento de uma plataforma de educação à distância para o atendimento por adesão induzida e espontânea de gestores, técnicos e atores sociais em exercício no SINGREH;
- 5) implementação de estratégias para tornar acessível a todos os entes do SINGREH o processo de educação semi-presencial;
- 6) distribuição de material formativo regionalizado com vistas a difusão de conhecimentos sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, ao apoio na implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e ao desenvolvimento de capacidades em GIRH em consonância com as diferentes estratégias de aprendizagem;
- 7) realização de eventos eletrônicos e por meio televisivo (videoconferências, conferências eletrônicas, transmissão de programas via televisão) para a abordagem e atualização de conteúdos específicos apoiando o processo de construção de conhecimento sobre o uso sustentável da água;
- 8) formação de Comunidades de Prática nos entes do SINGREH para aprendizagem colaborativa e circulação de informações e conhecimentos em GIRH, fortalecendo o processo de desenvolvimento de capacidades;
- 9) avaliação participativa dos processos de desenvolvimento de capacidades com vistas a revisão de estratégias e análise da efetividade dos resultados para subsidiar o envolvimento de novos participantes nas fases subseqüentes.

A realização de atividades presenciais, nomeadamente os seminários, deve ser feita de forma regionalizada e portanto descentralizada. O processo de desenvolvimento de capacidades deve ser contextualizado aos diferentes territórios, respeitando-se as especificidades dos diferentes estados, e no caso dos comitês de bacia, de suas respectivas bacias ou regiões hidrográficas. Tais processos devem ser desenvolvidos em

consonância com a diversidade de características dos diferentes biomas, ecorregiões e biorregiões, e ainda econômicas e sócio-culturais do território nacional, conforme orientação do PNRH.

Ação IV.2.2) Estratégia de desenvolvimento de capacidades em GIRH para a sociedade civil, considerando a perspectiva crítica e reflexiva da EA e a incorporação da questão de gênero, com foco para atores que representam o segmento sociedade civil no SINGREH, além de grupos tradicionais e representantes de comunidades indígenas.

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, as organizações civis de recursos hídricos que compõem o segmento sociedade civil no SINGREH são: os Consórcios e Associações Intermunicipais de recursos hídricos; as associações regionais, locais e setoriais de usuários de recursos hídricos; organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; as ONG's com objetivo de defesa dos direitos difusos e coletivos da sociedade; e outras organizações reconhecidas pelos Conselhos de Recursos Hídricos. A Lei nº 9.433/97 ainda reconhece a participação de representantes de povos indígenas em comitês que abranjam seus territórios, sendo ainda aqui considerados, conforme orientações do Plano Nacional de Recursos Hídricos, os grupos tradicionais não indígenas. Diante da heterogeneidade da composição desse segmento, e ainda a complexidade com que devem ser desenvolvidas políticas públicas voltadas para grupos com especificidades culturais diversas, a abordagem para o desenvolvimento de capacidades em GIRH está subdividida dentro da Ação IV.2.2 de acordo com cada um dos públicos de interesse.

Organizações Não Governamentais (ONG's)

As ONG's representam uma parceria potencial na sensibilização, mobilização, educação e difusão de informações e conhecimentos em GIRH, apresentando uma distribuição heterogênea pelo território nacional. De fato, as ONG's estão entre os atores sociais relevantes para a gestão das águas com grande carência de conhecimentos técnicos sobre a gestão dos recursos hídricos, e dificuldade de participação nos espaços públicos de gestão das águas. Boa parte das ONG's tem larga atuação em processos e projetos de educação ambiental (EA) dirigidos a gestão da água, sendo uma das formas de mobilizar sua atenção para o SINGREH o estímulo à formação em comitês de bacia de comissões, câmaras técnicas ou grupos de trabalho em educação ambiental com enfoque na gestão integrada dos recursos hídricos.

O espaço da EA nos entes colegiados do SINGREH é um canal de articulação e pauta de reivindicação das instituições da sociedade civil organizada, e vem demonstrando-se como uma temática de interesse e atuação engajada para o segmento.

A formação dessas instâncias, e o fortalecimento daquelas já existentes nos comitês federais e estaduais, devem ser apoiadas pela SRHU/MMA e pela ANA. Tais espaços devem ser envolvidos, inicialmente, com a organização de seminários a partir dos comitês em suas respectivas bacias hidrográficas sobre a temática da Educação Ambiental e a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

Envolvendo os comitês de bacia, os seminários devem ter a orientação de material pedagógico construído com base nos Cadernos Regionais. Devem envolver o diálogo de conhecimentos e saberes entre sociedade e os entes do SINGREH. Assim, esses seminários poderão ser abertos também para mais do que organizações civis de recursos hídricos, como por exemplo, professores dos diferentes sistemas de ensino presentes na bacia, buscando ampliar ao máximo o conjunto de atores sociais interessados em processos de educação ambiental que contribuam para a sustentabilidade das bacias hidrográficas. Essa relação é fundamental para articulação com a Ação IV.2.4.

Os seminários devem ter como objetivo além de construir conhecimento de forma cooperativa e colaborativa ao dialogar com as experiências dos diferentes atores, formarem, de acordo com a proposta de comunidades interpretativas e de aprendizagem prevista nos coletivos educadores do MMA, um Observatório da Gestão da Água em cada bacia hidrográfica, ou região hidrográfica, a ser ainda devidamente detalhado.

A formação dos observatórios a partir do eixo metodológico das comunidades interpretativas e de aprendizagem, tem como pressuposto básico que os educadores desenvolvam a reflexão e leitura crítica das problemáticas da água nas bacias hidrográficas, desenvolvendo além das capacidades em GIRH, a percepção da água como valor socioambiental relevante.

A noção de observatório é muito usual junto às organizações da sociedade na busca por um controle social legítimo e isento de pressões setoriais, o que permite a atuação coletiva e articulada, sob a forma de redes de cooperação e colaboração que se organizam espontânea e solidariamente no enfrentamento dos problemas existentes nas bacias hidrográficas.

Os observatórios, por sua referência conceitual a partir das comunidades interpretativas e de aprendizagem, têm grande articulação e sinergia com a proposta de coletivos educadores e outros espaços de prática previstos nos programas articulados do Órgão Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental.

De fato, o detalhamento fundamentado pela pedagogia da práxis prevê a oportunização dos conflitos entre as diferentes leituras sociais do uso dos recursos hídricos como processos de aprendizagem onde os espaços de prática coletiva são fundamentais para o envolvimento social na construção de conhecimento pertinente ao uso sustentável da água.

Assim, são destacados os comitês de bacia, os espaços da EA, os observatórios, os coletivos educadores, as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, as Salas Verdes, os projetos de organizações da sociedade e outros espaços criados ou apoiados por diferentes políticas públicas como complementares ao processo de aprendizagem que instaura o desenvolvimento de capacidades e competências no âmbito da sociedade civil organizada. Tal processo tem nos seminários presenciais voltados à participação da sociedade nas bacias uma pedra fundamental.

Os seminários devem buscar a integração e articulação com os diferentes espaços de prática, desde coletivos educadores presentes nas bacias hidrográficas até comissões existentes nos sistemas de ensino, construindo pontes para a participação dos atores sociais envolvidos com a gestão da água, o que além de apoiar a difusão da Política Nacional de Recursos Hídricos, contribui para enraizar a gestão no território da bacia hidrográfica.

Destaca-se ainda, que na disponibilidade de vagas e no interesse das organizações civis de recursos hídricos no desenvolvimento de capacidades em GIRH dos seus membros, visando o seu aprimoramento institucional, o desenvolvimento de habilidades de negociação nos espaços públicos de gestão da água e da atuação na gestão social de bacias hidrográficas, poderão ser incluídas nos módulos do processo de aprendizagem semi-presencial constante da Ação IV.2.1.

Consórcios Intermunicipais e Associações de Usuários

Em boa parte dos consórcios, suas atividades são bastante técnicas e dão suporte a atuação dos municípios na gestão das bacias hidrográficas e dos cursos d'água. O desenvolvimento de capacidades em GIRH para esse público de interesse é bastante apropriado, e geralmente tais instituições possuem maior capacidade institucional para o acompanhamento do processo de aprendizagem semi-presencial quando comparadas as demais instituições representadas no segmento sociedade civil.

Sua participação na construção de conhecimento colaborativo e cooperativo sobre as bacias hidrográficas e a GIRH é fundamental. Para tanto, os consórcios devem ter vagas estimadas nos diferentes níveis do processo de desenvolvimento de capacidades em GIRH, em cada um dos cursos realizados ao longo da implementação do PNRH.

Povos Indígenas

Estudos e dados sobre a participação de representantes de povos indígenas nos comitês de bacia federais e estaduais são escassos, entretanto, a Política Nacional de Recursos Hídricos prevê sua representação nos comitês das bacias onde existam territórios indígenas, os quais podem ser representados por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ligada ao Ministério da Justiça.

Atualmente, existem no Brasil 227 povos indígenas cuja maior concentração encontra-se nos estados amazônicos onde não existem praticamente comitês de bacias, e o PNRH reconhece tal distribuição espacial em seu volume I. De fato, conceber um processo de desenvolvimento de capacidades em GIRH para povos com especificidades culturais tão marcadamente diferentes entre si, mas com problemáticas comuns quando se trata da questão da água, é tarefa complexa e delicada. Esses povos enfrentam problemas de acesso e qualidade da água nos seus territórios, devido sobretudo às atividades de produção agrícola e industrial nas bacias hidrográficas, inclusive dentro dos territórios indígenas.

Além disso, o direito dos povos indígenas à água é um tema que alcança pouco ou nenhum reatamento nos espaços de gestão das águas. De fato, os territórios indígenas sofrem os efeitos das ações a montante e no entorno das reservas, que não possuem por lei zonas de amortecimento onde as atividades são restringidas tal qual os diferentes regimes de unidades de conservação no Brasil.

Assim, toma-se como estratégia o desenvolvimento de uma abordagem diferenciada por meio da realização de eventos presenciais de curta duração com os representantes indígenas em comitês de bacia, denominados "Diálogos da Água", onde serão abordados temas de interesse aos povos indígenas no que tange sua participação nos espaços colegiados de gestão das águas.

Esses diálogos não têm a pretensão integradora dos povos indígenas à comunidade nacional, mas de respeitar o direito à diferença cultural previsto na Constituição de 1988, buscando interagir com suas visões de mundo e construindo um espaço de debate sobre as principais questões relacionadas a água em uma perspectiva socioambiental.

Os diálogos se dirigem sobretudo para os representantes dos povos indígenas nos comitês de bacia. Contudo, as tradições, costumes e hábitos desses povos é que vão definir como os diálogos serão realizados,

e não se pode perder de vista, conforme a Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que os povos indígenas devem participar das políticas públicas que afetam seus territórios.

Os diálogos devem ser realizados por especialistas que possam atuar de forma transversal junto à questão da água e a questão indígena ao mesmo tempo, respeitando as especificidades culturais de cada uma das etnias envolvidas. O nome e terminologias referentes aos diálogos poderão ser adaptados de acordo com o conhecimento sobre as etnias envolvidas.

O fortalecimento dessas representações junto aos espaços de gestão, contudo, não pode ser considerado totalizante para a solução dos problemas e desafios enfrentados por essas populações no tocante gestão da água em seus territórios.

Assim, são apresentadas ainda quatro opções complementares para o estabelecimento de processos formativos e de construção de conhecimentos pertinentes à gestão da água segundo as especificidades das populações indígenas: a formação ou apoio a atuação por meio de materiais formativos de agentes ou atores sociais envolvidos com as questões indígenas; a formação complementar ou apoio a formação de formadores de agentes indígenas; a formação de formadores de professores indígenas; e o apoio à formação ou incentivo ao desenvolvimento da temática água nos processos de formação de professores indígenas.

Populações Tradicionais

Em relação às populações tradicionais, a estrutura do Instituto Chico Mendes, por meio de seu Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) e a sua relação com os agentes ambientais das Superintendências Regionais do IBAMA permite o planejamento conjunto de estratégias relacionadas com a gestão da água junto a esses grupos sociais.

Assim, foram identificadas inicialmente duas formas de alcançar adequadamente os povos tradicionais gerando sinergia e convergência entre políticas públicas de órgãos do governo federal: apoiando a formação de agentes ambientais do IBAMA nas temáticas relativas à gestão da água, e em apoio aos processos formativos dos conselheiros representantes de populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse caso, não se trata de buscar novas relações culturais dessas populações com a água, mas do diálogo entre suas visões específicas sobre a natureza e os princípios de gestão da água, identificando as problemáticas que afetam tais populações, o reconhecimento de tecnologias sociais que podem ser ampliadas sobretudo em interface com o Programa IV.1 (em sua macrodiretriz voltada para as populações tradicionais), e sua inserção, na medida do possível, nas ações do SINGREH.

Assim, a idéia dos Diálogos da Água também torna-se relevante em uma ação mais direta junto à essas populações, mas sem a práxis desses grupos no âmbito da gestão das águas tanto em seu cotidiano, associada à sua relação com a natureza, como também nos espaços institucionais de gestão e de educação ambiental, propiciados sobretudo pelas políticas federal, estaduais e municipais, haverá pouco avanço na integração dessas populações à gestão da água.

Além disso, é preciso quantificar o número potencial de representantes das populações tradicionais envolvidos formal ou informalmente com os espaços de gestão, para estabelecer uma estratégia adequada para esses grupos específicos, salientando-se que essa tarefa deve ser descentralizada aos comitês de bacia, como forma de contextualizar o envolvimento local recíproco entre os entes do SINGREH e essas populações, e de possibilitar o diálogo de saberes e o enraizamento da gestão integrada dos recursos hídricos no âmbito local.

Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa

As organizações técnicas, de ensino e pesquisa com interesses voltados para a gestão dos recursos hídricos possuem um capital técnico e intelectual bastante diferenciado dos demais grupos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos para o segmento sociedade civil organizada. Mais do que considerá-las como público de interesse dos processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH, torna-se fundamental percebê-las como parceiras dos processos de capacitação, buscando-se integrá-las como formadoras dos diferentes públicos de interesse do processo presencial, e ainda como possíveis tutoras dos processos à distância. Para tanto, elas deverão ser consideradas como beneficiárias de chamadas públicas para a realização dos processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH em nível local e regional, com exceção das entidades que não se referem especificamente à gestão de recursos hídricos, mas participam dos entes colegiados do SINGREH.

Sociedade civil em geral

Para maior alcance da sociedade de forma geral, com estratégias pertinentes ao seu envolvimento com o uso sustentável da água, esse público e sua meta específica foram transferidos, sem prejuízo, para o Subprograma IV.3, que trata da comunicação e difusão de informações dirigidas para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

Ação IV.2.3) Estratégia de desenvolvimento de capacidades em GIRH para os setores usuários, e atendimento a demandas de transferência tecnológica pontuais considerando a perspectiva crítica e reflexiva da EA e a incorporação da questão de gênero, e respeitando as especificidades de cada segmento usuário.

O público relacionado com os setores usuários é extremamente diferenciado, sobretudo quando se tomam as disparidades entre pequenas, médias e grandes empresas, quando se comparam grandes agricultores com agricultores familiares, e principalmente quando se compara a categoria de pescadores com os demais usuários que fazem uso consuntivo da água. As estratégias e os instrumentos mais adequados para a implantação de processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH, além de temáticas e conteúdos específicos para cada um dos diferentes entes constituintes do segmento, devem atender as características de cada um desses sub-segmentos. Dada a experiência adquirida pela ANA na área de capacitação para o SINGREH, especialmente com o setor usuário, aponta-se a necessidade de dar continuidade aos trabalhos de capacitação com vistas ao uso racional e reúso de água para os setores industriais, agricultura e saneamento, sem restringir sua ampliação e adaptação aos diferentes públicos que compõem o segmento, conforme descrito anteriormente.

Ação IV.2.4) Programa de descentralização de projetos de EA priorizando temáticas e metodologias de interesse da GIRH, por meio de órgãos estaduais e comitês de bacia, contribuindo com a difusão de conhecimentos sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos.

No âmbito do governo federal, as diretrizes contidas na Política Nacional de Educação Ambiental são privilegiadas nos programas do Ministério do Meio Ambiente e da Educação, que compõe o Órgão Gestor da implementação e avaliação da PNEA, com a assessoria dos diferentes segmentos da sociedade com interesses na EA. Faz-se então necessário buscar uma maior integração com tais programas, considerando as orientações nacionais da EA e as diferentes ações dos Subprogramas IV.2 e IV.3, estabelecendo sinergias, complementaridade e transversalidade também aos demais programas e subprogramas do PNRH. Assim, a estratégia referente à Ação IV.2.4 é estabelecida com base nas orientações do PNRH, sendo discriminada em quatro eixos principais:

1) Projetos descentralizados em EA para a GIRH

Atualmente, o SINGREH conta com aproximadamente 140 fóruns colegiados de gestão das águas – os comitês de bacia federais e estaduais, que representam um maior conhecimento da realidade local e regional nas bacias hidrográficas, e apresentam maior interface para a implementação de projetos descentralizados de EA contextualizados em intervenções socioambientais com potencial transformador dos territórios e comunidades. De fato, dados sobre os comitês de bacia apontam que boa parte desses desenvolve ou apóia, mesmo que não financeiramente, projetos de educação ambiental que visam envolver os sistemas de ensino no uso sustentável da água e na conservação das bacias hidrográficas, seja por meio de ações diretas com estudantes ou pela formação de professores. Aproveitando-se tais iniciativas, é que o programa de descentralização de projetos de educação ambiental em atendimento à implementação do PNRH tem na figura dos comitês a base para transformação da percepção da água como um valor socioambiental relevante nos diferentes territórios em todo o país.

Para tanto, prevê-se uma integração entre os processos de desenvolvimentos de capacidades em GIRH, particularmente aqueles voltados para a constituição de Observatórios de Gestão de Água nas bacias hidrográficas, previsto na Ação IV.2.2. A formação dos observatórios a partir do eixo metodológico das Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem, tem como pressuposto básico que os educadores desenvolvam a reflexão e leitura crítica das problemáticas da água nas bacias hidrográficas, desenvolvendo além das capacidades em GIRH, a percepção da água como valor socioambiental relevante.

Essa visão é necessária para que durante os seminários realizados no âmbito das instituições da sociedade civil, incluindo ainda a abertura para a participação de professores dos sistemas de ensino, os participantes possam refletir e construir metodologias adequadas para atuarem em ações socioambientais realmente transformadoras dos problemas existentes nas bacias hidrográficas. Tais problemas podem ser em relação direta com a água ou com os ecossistemas e processos ecológicos essenciais em que a água é fundamental.

Essa compreensão, apoiada pela articulação com os coletivos educadores existentes nas bacias e regiões hidrográficas, é fundamental para que atores e instituições possam desenvolver uma ação integrada com os sistemas de ensino, apoiando a elaboração e execução da educação ambiental segundo metodologias de interesse da GIRH. No processo de integração com os sistemas de ensino, as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-vidas) presentes nas escolas, tem papel fundamental.

As Com-Vidas estão presentes atualmente em mais de 4.000 escolas da educação básica em todo país, como resultado das Conferências Nacionais Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente, e dos processos de formação continuada de professores e dos projetos de Educação de Chico Mendes apoiados pelo Ministério da

Educação. A tarefa das Com-vidas, além de organizar-se como espaço de integração entre a comunidade escolar e a sociedade, é implantar a Agenda 21 na Escola e desenvolver a educação ambiental por meio da pesquisa-ação-participante.

Tal metodologia é importante na medida que eleva a educação ambiental de ações pontuais para a reflexão, pesquisa e aprendizagem sobre os problemas socioambientais e ao mesmo tempo permite que os estudantes participem de ações socioambientais transformadoras da realidade local.

Esse processo que envolve participação e educação torna-se fundamental como metodologia de interesse da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. Tradicionalmente os estudantes são sensibilizados e mobilizados para inúmeras ações pontuais em prol da conservação dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, como limpeza de rios, plantio de matas ciliares, abraços em volta de corpos d'água, monitoramento da qualidade da água, etc.

Essas ações pontuais podem ser elevadas a um processo de reflexão crítica e reconhecimento dos territórios hídricos por meio da utilização convergente da metodologia de projetos e da pesquisa-ação-participante. Envolvem os estudantes no planejamento participativo e na execução de estudos sobre as bacias, rios, córregos, saneamento ambiental, lagos entre outros; ao mesmo tempo em que se desenvolvem ações socioambientais transformadoras na conservação da bacia e suas componentes, a partir da integração de diferentes escolas que fundamentam sua atuação na Agenda 21 e desenvolvem relações com a comunidade por meio das Com-vidas, representando grande força mobilizadora para a gestão das águas.

A pesquisa-ação-participante constitui-se em uma oportunidade de integrar as escolas, a sociedade e os comitês de bacia em um processo de educação ambiental em que se aprende fazendo. A metodologia de projetos permite que a construção do processo seja participativa e coletiva, envolvendo organizações da sociedade que têm considerável acúmulo na elaboração e execução de projetos. Esse acúmulo gerencial, associado a uma proposta político-pedagógica resulta em processos de educação ambiental potencialmente transformadores da realidade socioambiental. Além disso, é por meio de processos de aprendizagem sofisticados como a pesquisa, que os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e o território da bacia hidrográfica podem alcançar significados na práxis dos sistemas de ensino.

Para tanto, torna-se necessário que os comitês de bacia desenvolvam uma relação com os sistemas de ensino, o que pode ser feito por meio da aproximação da vivência, problemas e temáticas debatidas nos comitês sobre as bacias hidrográficas que podem inspirar os processos de pesquisa-ação-participante.

Os comitês, por sua vez, têm papel fundamental no estímulo e avaliação dos projetos de educação ambiental a serem desenvolvidos. Assim, os seminários realizados com a sociedade civil no âmbito da Ação IV.2.2, incluindo a presença de professores/professoras dos sistemas de ensino na região, podem se constituir também como pontes de articulação entre os problemas vividos pelos comitês e as temáticas a serem abordadas nos projetos de educação ambiental.

Além disso, os comitês devem ser estimulados a constituírem espaços onde a educação ambiental seja debatida e contextualizada aos problemas do território das bacias hidrográficas, permitindo que os participantes dos processos de gestão das águas, nos diferentes segmentos, possam construir pontes entre os comitês, a sociedade e os sistemas de ensino.

Esses espaços, quer sejam câmaras técnicas específicas, mistas ou grupos de trabalho em EA, devem coordenar a avaliação de projetos de EA nas bacias hidrográficas das diferentes entidades na bacia consideradas como potenciais proponentes. Os comitês, por meio de seus espaços de gestão da EA, devidamente articulados com os entes do SISNEA, devem ser responsáveis pelo processo de seleção e aprovação de propostas.

Entretanto, os projetos propostos não podem ser avaliados pelos comitês sem anuência das Secretarias Municipais de Educação, órgãos da administração direta local que não podem ser excluídos do processo de avaliação. Os espaços de gestão da EA nos comitês de bacia também serão responsáveis pelo acompanhamento local e avaliação da execução dos projetos. Os projetos poderão ser propostos por órgãos da administração pública direta local e estadual, e ainda por instituições da sociedade civil organizada sem fins lucrativos, tendo como responsabilidade não só desenvolver os projetos sob financiamento estabelecido pelo PNRH, como também pela adequada sistematização de informações e saberes construídos nos projetos de pesquisa-ação-participante e sua disponibilização para os comitês de bacia. Cada projeto de EA terá como focos principais:

- a) a integração dos comitês de bacia com a sociedade, por meio da atuação conjunta de atores de diferentes segmentos, sobretudo da sociedade civil na construção de pontes para a problematização das questões relativas à água, às bacias hidrográficas, e à gestão integrada de recursos hídricos;
- b) a atuação dos atores envolvidos com a GIRH no SINGREH na formação e apoio aos sistemas de ensino para o desenvolvimento de intervenções socioambientais em prol da conservação de bacias,

sub-bacias, microbacias, cursos d'água, lagos, lagoas, ecossistemas costeiros, águas subterrâneas, etc.;

- c) a intervenção socioambiental em problemas debatidos ou enfrentados pelos comitês de bacia, por meio por meio da pesquisa-ação-participante, desenvolvida a partir da sensibilização, reflexão e mobilização nos sistemas de ensino, coordenadas e apoiadas pelas Com-vidas implantadas nas escolas pelo Ministério da Educação, e apoiadas pelas secretarias estaduais, prefeituras, ONG's, coletivos jovens; e
- d) a atuação dos órgãos públicos municipais, estaduais e organizações da sociedade civil no apoio a sistematização de informações e conhecimentos construídos sobre a bacia hidrográfica e suas componentes, e retorno aos comitês de bacia, além de registro na plataforma de comunicação em GIRH como forma de difusão de práticas, experiências e conhecimentos em GIRH.

A idéia central dos projetos em EA é estimular a reflexão conjunta de diferentes atores sociais sobre os problemas da bacia hidrográfica e suas componentes, apoiados pela prática de gestão dos comitês, possibilitando o planejamento participativo de intervenções socioambientais na bacia. Essas intervenções devem se constituir não só em ações em prol da gestão da água, como também na construção e difusão de conhecimento/saberes, mesmo que simples, resultante da vivência e convivência dos diferentes atores nas bacias hidrográficas.

2) Formação de Professores na educação básica

Para aumentar o enraizamento da água como valor socioambiental relevante e do seu uso sustentável é necessário a formação de professores em interface com o desenvolvimento dos projetos descentralizados de EA. Entretanto, torna-se estratégico buscar integração com os processos formativos de amplo alcance desenvolvidos pelos entes do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, em especial o MEC, ao invés de sobrecarregar os sistemas de ensino com processos paralelos e mesmo instalar nova estrutura de formação em outro órgão do Governo Federal sem a devida competência. Assim, deve-se buscar junto ao MEC a sinergia entre: a necessidade de difundir a Política Nacional de Recursos Hídricos, a construção da água como valor socioambiental e os processos formativos de professores que tratam o meio ambiente de forma sistêmica, e obviamente incluem a água como um dos eixos de formação.

Esse procedimento pode ser também estendido aos projetos nacionais ou regionais de grande amplitude e que são atualmente referência no trato da questão dos recursos hídricos, como por exemplo o "PROCEL nas Escolas", desenvolvido pelo Ministério das Minas e Energias por meio da ELETROBRÁS, e que busca também difundir e construir conhecimentos pertinentes à GIRH, bem como o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS) do Ministério das Cidades, ainda em construção. Ainda devem ser fornecidos por meio de diferentes políticas públicas que prevêem a distribuição de materiais formativos, como as Salas Verdes, a mochila do Educador Ambiental, entre outros.

3) Formação de novos perfis profissionais

Para o caso da formação de novos perfis profissionais, segundo especifica o PNRH, a formação técnica e acadêmica que inclui profissionais ligados direta ou indiretamente à questão da água, a formação também encontra sinergias por meio das seguintes ações:

- a) Subprograma IV.1, onde são previstas a formação de docentes e pesquisadores/as e difusão de conhecimentos em GIRH no âmbito das Instituições de Ensino Superior, em especial aos programas de pós-graduação;
- b) Ações do Subprograma IV.2 voltadas para o desenvolvimento de capacidades em GIRH, que apoiarão a formação de 300 tutores/tutoras pertencentes aos programas de pós-graduação das Instituições de Ensino Superior; e
- c) A realização de eventos de difusão e intercâmbio de conhecimentos científicos, populares e tradicionais, de experiências e de práticas em GIRH, tanto no âmbito do Subprograma IV.1 como no Subprograma IV.2.

Ainda será estabelecida uma dinâmica de apoio à Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental (RUPEA), para a inserção de temáticas referentes à GIRH nos programas e disciplinas de EA associados aos níveis de ensino superior – graduação e pós-graduação.

4) Eventos anuais de EA

Para a consolidação do conhecimento construído pelos projetos descentralizados em EA, e o intercâmbio de informações, conhecimentos e práticas sobre as bacias hidrográficas em consonância com a GIRH e a Política Nacional de Recursos Hídricos, serão realizados encontros anuais de EA para a GIRH em cada uma

das 12 regiões hidrográficas. Os encontros reunirão participantes dos projetos descentralizados e dos demais projetos em EA que visem o uso sustentável da água, a conservação de bacias e suas componentes e a GIRH em cada uma das regiões hidrográficas. Esses encontros poderão se tornar fóruns de ações de instituições de diferentes esferas públicas e privadas que atuam com a temática da água, como os coletivos educadores para territórios sustentáveis, projeto ligados ao programa Chico Mendes, PROCEL, PEAMSS, entre outros. Esses encontros podem ser inseridos também como etapa preparatória para as Conferências Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente, promovendo a integração entre os projetos e a participação em coletivos infanto-juvenis e de juventude.

Os encontros serão realizados em cada uma das 12 regiões hidrográficas em um calendário compatível com a execução dos projetos descentralizados em EA, sendo exigida inclusive na elaboração dos projetos a alocação de recursos para a participação de integrantes dos projetos nos eventos. Além disso, poderão ser realizados em parceria com os estados, havendo processo de seleção para o apoio para sediar o evento.

Ainda, para desenvolver maior articulação entre os projetos em EA com foco na gestão integrada dos recursos hídricos, torna-se interessante integrá-los dentro de uma arquitetura de capilaridade dos eventos locais, regionais e nacionais sobre EA. Essa arquitetura, segundo a concepção desenvolvida pela DEA/MMA, será construída por meio da ação de educadores nos processos de comunicação em GIRH nas plataformas de informação e comunicação previstas no Subprograma IV.3, nas redes de educação em GIRH, e por meio dos informativos impressos distribuídos nas diferentes regiões hidrográficas.

A plataforma de informação e comunicação em GIRH prevista na Ação IV.3.3 tem papel central nesse processo ao concentrar e apoiar a circulação das agendas locais, regionais e nacional de eventos em GIRH, sobretudo as que tangem a implementação do PNRH.

Em complementaridade ao processo descrito na Ação IV.2.4, o PNRH recomenda ainda a elaboração de livros com conteúdos referentes aos Cadernos Regionais e de outros estudos desenvolvidos para as 12 Regiões Hidrográficas brasileiras. Para tanto, deve-se estabelecer um projeto gráfico e editorial, a atualização e complementação de conteúdos baseados nos citados estudos, e a diferenciação entre os livros didáticos: um para ser distribuído a estudantes do ensino básico, e outro - manual do formador - para professores e educandos dos processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH, que também poderá ser utilizado para outros públicos em geral.

Para o planejamento do projeto gráfico e editorial das publicações complementares deve ser contratada consultoria especializada com base nas orientações do subprograma.

6 - Área de Abrangência e Beneficiários:

A área de abrangência das ações é nacional. Os beneficiários diretos são os agentes envolvidos no SINGREH.

7 - Operacionalização de um Arranjo Institucional para Implementação

Propõe-se a criação de um grupo de trabalho, a ser criado entre a SRHU/MMA e a ANA, que terá como finalidade principal a articulação das ações previstas no Programa IV em acordo com a sistemática estabelecida no Sistema de Gerenciamento Orientado para os resultados do PNRH. Esse GT deverá promover o fortalecimento e a articulação das ações de EA, capacitação e comunicação ambiental, desenvolvidas ou a serem estabelecidas pela ANA e SRHU/MMA, no âmbito da implementação e revisão do PNRH.

8 - Fontes de Recursos

A ANA e a SRHU/MMA são os principais órgãos federais com competências relacionadas à gestão dos recursos hídricos. Este Subprograma deve considerar como prioritárias as fontes de recursos originadas de contrapartidas das unidades da Federação, principalmente no que concerne a parcerias no âmbito dos estados. Recursos oriundos do Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-HIDRO), o mesmo já investe em programas de capacitação voltados a todos os integrantes dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHs). Deve-se considerar também que são os aportes financeiros oriundos de financiamentos e doações externas, onde se pode destacar: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), entre outros. Devem ser considerados igualmente os Fundos Nacionais como de Defesa dos Direitos Difusos, o de Meio Ambiente, o da Educação, e outros. Incentivos também podem vir de parcerias com organismos internacionais, associações, federações, sindicatos, ONG's e OSCIP's, bem como os investimentos a serem realizados no âmbito do PROÁGUA

NACIONAL.

9 - Custos

Para a implementação do subprograma, no período de 2008 a 2011, será necessário a quantia de R\$16.000.000,00, a serem investidos anualmente da seguinte forma:

2008 – R\$ 3.000.000,00

2009 – R\$ 6.000.000,00

2010 – R\$ 5.000.000,00

2011 – R\$ 2.000.000,00

Componente:	Desenvolvimento da gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH) no Brasil.
--------------------	--

Programa IV:	Desenvolvimento tecnológico, capacitação, comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos
Subprograma:	IV.3 – Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos

1 - Contexto e Justificativas:

O PNRH possui como objetivo “**estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social**”. Esse pacto envolve sociedade civil, usuários de água, entidades de ensino e pesquisa, e órgãos de governo, articulados sob bases oferecidas pelo Governo Federal. Nesse contexto, a comunicação torna-se ferramenta estratégica para apresentar de forma clara, simples e objetiva o “objeto” acerca do qual o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos está ancorado as ações/relações que compõem esse processo, sua relevância, e as formas de participação/interação da sociedade como um todo em sua concretização.

Entretanto, a disponibilização de informações não é suficiente para a sensibilização e mobilização da sociedade para as questões socioambientais que envolvem a gestão integrada dos recursos hídricos, menos ainda para o adequado processo comunicativo entre os entes do SINGREH, cuja construção em torno de relações cooperativas pressupõe um diálogo educativo entre transmissores e receptores dos conteúdos informativos. Em uma organização articulada em formato sistêmico, como o caso do SINGREH, a comunicação cumpre um papel fundamental na sua relação com o público externo e também na própria dinâmica interna, afetando o seu funcionamento, harmonia, coesão e efetividade.

Logo, sob uma perspectiva geral as ações de comunicação apóiam a divulgação da gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil e a efetiva implementação da Política de Recursos Hídricos. Sob o ponto de vista estratégico, a comunicação e a difusão do PNRH estão em consonância com os objetivos finalísticos do Plano contribuindo para a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos e, fundamentalmente, para a percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante.

2 - Conceitos e Diretrizes

Segundo o PNRH, o Subprograma IV.3 visa “**promover o empoderamento da sociedade na elaboração e na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, fortalecendo os canais de comunicação existentes e a criação de novos, assim como o aperfeiçoamento dos meios de interlocução social**”.

Reporta-se assim, inicialmente, ao Capítulo 40 da Agenda 21, que trata da “Informação para a Tomada de Decisões”. O processo de comunicação de informações é aspecto fundamental à tomada de decisão, e portanto, retomam-se os conceitos utilizados para o desenvolvimento do Subprograma IV.2. Ainda, no campo da comunicação ambiental, a Declaração de Caracas para a Educação Ambiental na região Ibero-americana, promulgada na Venezuela em 2000, chama a atenção para o potencial dos processos de comunicação e informação como estratégias para a educação ambiental. Conceber a comunicação e a informação em recursos hídricos sem associá-las a um processo de sensibilização e aprendizagem sob o enfoque crítico e reflexivo da educação ambiental desabilita os sujeitos do processo comunicativo de engajarem-se em ações socioambientais transformadoras.

Para tanto, torna-se necessário conceber os agentes da comunicação como educadores e o espaço de comunicação como um ecossistema comunicativo construído pela articulação entre os diferentes instrumentos, de forma a considerar a comunicação como oportunidade para a aprendizagem considerando o processo de construção e difusão de informações como prática de mudança socioambiental, mais especificamente no âmbito da gestão integrada dos recursos hídricos.

Na concepção da DEA/MMA (2005), que desenvolve a educomunicação socioambiental sob a fundamentação de Paulo Freire, “**os públicos, incluindo as esferas estaduais e municipais do governo, a sociedade civil e os grupos primários da mídia, e considerando o governo federal como enunciante primário, devem protagonizar o espaço de fala, e sua intervenção na formatação de demandas e soluções deve ser majoritária. Neste caso, o papel do Governo Federal é de sensibilizador / mobilizador, e não de nivelador / conquistador dos públicos. Uma segunda decorrência é que o centro dos esforços da ação comunicativa é o diálogo, é abrir, promover, ampliar o espaço do**

diálogo, da forma mais permanente possível, e nesse esforço ver emergir o horizonte da educação”.

Assim, o educador tem uma compreensão educativa da comunicação social, desenvolve e participa de um “ecossistema comunicativo” (DEA/MMA, 2006) utilizando diferentes meios de comunicação: rádios, televisão, jornais, campanhas, enquetes e consultas públicas, palestras, seminários, workshops, oficinas, e-mails, conferências eletrônicas, portais eletrônicos, redes de discussão, blogs, informativos impressos e virtuais, revistas, artigos científicos e em revistas comuns, etc. A formação de educadores, segundo essa concepção, refere-se ainda a uma recepção crítica dos conteúdos da comunicação, cujos princípios são:

- a) dialogismo e interatividade;
- b) transversalidade e intermediariedade;
- c) encontro e integração;
- d) proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; e
- e) acessibilidade e democratização.

As ações do subprograma, portanto, estão voltadas a produção, leitura crítica e a difusão de informações e passam pela construção de um ecossistema comunicativo e o fortalecimento da comunicação entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) e da Agência Nacional de Águas – ANA, com os demais entes do SINGREH, destacando os gestores estaduais de recursos hídricos e os comitês de bacia, bem como o conjunto da sociedade brasileira por meio dos órgãos de imprensa e das organizações da sociedade. Ressalta-se ainda um conjunto de orientações a serem observadas na implantação das ações do referido subprograma, a saber:

- a) Dar ênfase à linguagem clara e simples.** O aspecto “linguagem” é extremamente estratégico em todo o processo de comunicação do PNRH, em virtude do pouco conhecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos e do SINGREH pela sociedade brasileira.
- b) Estimular o exercício da cidadania.** Sendo a comunicação um forte componente da mobilização, o foco das ferramentas deste subprograma será o comprometimento do cidadão no processo de implementação do PNRH, seja ele relacionado direta ou indiretamente à gestão dos recursos hídricos. A estratégia adotada será a de mostrar o “problema” e o “caminho” (soluções e alternativas) para resolvê-lo, ou seja, compartilhar com a sociedade a responsabilidade pela gestão/cuidado dos recursos hídricos, bem como suas formas de representação no âmbito do SINGREH.
- c) Articulação constante dos executores do subprograma, com os demais subprogramas e com outras instituições governamentais.** A articulação entre os executores deste subprograma com os demais subprogramas do PNRH é fundamental no intuito de concretizar a transversalidade e a integração entre suas ações. A interatividade com os demais programas do PNRH permitirá perceber as experiências bem sucedidas das ações do PNRH e as demandas por outras ações de comunicação. Soma-se a essa necessária articulação o diálogo com outras organizações envolvidas com a temática da água nas diferentes esferas governamentais, visando o aproveitamento de estruturas já desenvolvidas e legitimadas no âmbito do MMA. Nesse sentido criam-se condições para o desenvolvimento de uma agenda comum a várias instituições e da sinergia de informações e ações do governo.
- d) Integração com os demais entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e redes socioambientais.** O envolvimento de todos os integrantes do SINGREH é essencial no processo de comunicação do PNRH, no sentido de compartilhar informações e fortalecer o sistema, bem como no aproveitamento da capilaridade oferecida pelo mesmo, tendo em vista que é formado por representantes de instituições governamentais, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos.

A articulação com redes socioambientais, assim como no SINGREH, permite explorar a capilaridade oferecida por relações já legitimadas, incorporando experiências e atores ao processo e disseminando de forma interativa, dinâmica, e com menores investimentos todas as ações desenvolvidas.

3 - Objetivo Geral:

Difundir conceitos, iniciativas e demais informações relativas à GIRH para o conjunto da sociedade brasileira e/ou em regiões e bacias específicas, fortalecendo os canais de comunicação existentes; e possibilitar a criação de novos canais para que se desenvolva interlocução social.

4 - Objetivos Específicos:

- Promover a melhoria da comunicação de informações entre os entes do SINGREH qualificando o processo de tomada de decisão;
- Contribuir ao exercício de representatividade no SINGREH fortalecendo a transparência sobre as deliberações e encaminhamentos desses colegiados; e
- Desenvolver a articulação do SINGREH com a sociedade, difundindo os conceitos da Política de Recursos Hídricos de forma acessível, clara e educativa.

5 - Ações Previstas IV.3

Ação IV.3.1) Criação de um Núcleo de Comunicação Integrada do SINGREH

O SINGREH é composto por órgãos da administração pública direta, organismos colegiados (Conselhos Nacional e Estaduais, comitês de bacia), as agências de bacia e a Agência Nacional de Águas. Cada uma dessas instituições possui em seus quadros ou composição, profissionais e/ou atores sociais atuantes ou sensíveis à educação que representam pontos focais para os processos comunicativos de informações em GIRH. Isso facilita a sensibilização e mobilização para a constituição de um núcleo de comunicação capaz de apoiar todo o processo de comunicação e difusão de informações em GIRH envolvendo os entes do SINGREH e junto à sociedade de uma forma mais ampla e participativa, por meio do estabelecimento de diretrizes e orientações para uma comunicação sensibilizadora para a transformação de atitudes e comportamentos voltados ao uso sustentável da água.

Esse núcleo terá uma Coordenação de Comunicação Integrada do SINGREH (CIÁGUA), que será formada por profissionais ligados à estrutura organizacional da SRHU/MMA e da ANA, em articulação com as equipes de comunicação institucional dos demais entes do SINGREH, em especial dos Estados.

Os objetivos da CIÁGUA são os seguintes:

- a. a coordenação da elaboração de um Plano de Comunicação para o SINGREH de forma participativa;
- b. a identificação de comunicadores em GIRH para estruturação de uma rede de educadores envolvendo as instituições do SINGREH de forma gradual e progressiva, em consonância com a Ação IV.3.2;
- c. a coordenação do processo de organização e disseminação de informações em GIRH entre as instituições federais do SINGREH e as demais esferas governamentais, e entre essas e a sociedade em geral, além da avaliação do processo comunicativo;
- d. a organização, definição e estabelecimento de diretrizes de formação dos educadores para atuação na comunicação e aprendizagem em GIRH;
- e. a coordenação de edição de boletins informativos virtuais e impressos a partir das estruturas federais do SINGREH, e a articulação com os diferentes instrumentos de comunicação do SINGREH nas demais esferas;
- f. a organização e/ou apoio a encontros presenciais de formação dos educadores participantes do SINGREH.
- g. ampliar a visibilidade das instituições (SRHU/MMA e ANA).

O desenvolvimento de um Plano de Comunicação para o SINGREH deve ocorrer sequencialmente e de forma integrada à identificação de educadores no sistema e em relação com esse. Sua elaboração deve ser apoiada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e as Câmaras Técnicas com essa competência, de forma articulada com os demais entes do SINGREH, gerando envolvimento e comprometimento para a comunicação educativa. O Plano de Comunicação para o SINGREH representa o planejamento da estratégia de implementação do processo comunicativo em informações sobre a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

Para o envolvimento gradual dos educadores no SINGREH, a CIÁGUA deve identificar não só os atores que atuam diretamente com a comunicação em GIRH, como também aqueles que trabalham de forma indireta na disseminação de informações ou como pontos focais em redes sobre a temática da GIRH, constituindo-se em educadores potenciais. Esses comunicadores devem ser estimulados a participação em curso de formação, e devem ser integrados ao cadastro de educadores previsto na

Ação IV.3.2.

Assim, as atividades referentes a essa Ação podem ser descritas como se segue.

Formação de educadores em GIRH

Todo comunicador é um potencial educador. Os técnicos, gestores e atores sociais que atuam na produção e disseminação de informações em GIRH nem sempre reconhecem o potencial de aprendizagem inerente ao processo comunicativo, desconsiderando aspectos problematizadores e emancipadores da comunicação. Além disso, quando se trata da gestão democrática, descentralizada e participativa leva-se em consideração que a informação é fundamento do processo decisório e da tomada de posição. Entretanto, não é a informação genérica ou técnica que está em questão, pois há todo o tipo de informação sendo veiculada tanto pelos órgãos de mídia como também sendo fornecidas por instituições governamentais e não governamentais.

A questão aqui trata-se mais da recepção crítica dessa informação e da responsabilidade socioambiental em produzi-la, disponibilizá-la e disseminá-la do que apenas ampliar e qualificar o fluxo de informações, o que também não deixa de ser considerado importante. O propósito da formação de educadores, portanto, é elevar as capacidades desses indivíduos de comunicadores a educadores, permitindo que desenvolvam estratégias e utilizem instrumentos de comunicação de forma a potencializar o debate democrático sobre a gestão da água, contribuindo à construção de um ecossistema comunicativo em apoio à implementação do SINGREH.

Para tanto, serão previstos encontros presenciais anuais entre os comunicadores em todas as regiões hidrográficas. Esses encontros serão complementados por meio da articulação em rede por meio virtual, onde a CIÁGUA terá o papel de apoiar a continuidade da formação à distância. Com esses educadores formados como agentes multiplicadores, espera-se nos anos subseqüentes de implementação do PNRH o envolvimento de educadores em todas as regiões hidrográficas, que deverão participar dos eventos formativos e de integração e atuar como geradores e difusores de informações em GIRH.

Essa formação permitirá a reflexão sobre o processo comunicativo em GIRH e a construção de conhecimentos sobre estratégias e instrumentos de comunicação que permitam a reflexão crítica e estimulem a ação transformadora com base em informações sensibilizadoras e mobilizadoras, além é claro de conteúdos apropriados para o desenvolvimento de capacidades em GIRH. Os encontros presenciais devem ser realizados aproveitando-se a construção de espaços de aprendizagem presencial previstos nas Ações do Subprograma IV.2, de forma paralela aos seminários presenciais no desenvolvimento de capacidades em GIRH, ou mesmo nos encontros de EA nas regiões hidrográficas, otimizando despesas com a coordenação e organização de eventos.

Formação de profissionais da mídia

Jornalistas e profissionais da mídia não fazem parte dos entes do SINGRE, e nesse sentido, a ampliação de sua compreensão sobre a gestão integrada dos recursos hídricos pode estabelecer maior alcance social das notícias sobre a temática da água no país e ampliar o reconhecimento de seu papel estratégico no desenvolvimento nacional. A SRHU deve dar continuidade no processo de capacitação de profissionais da mídia, seja por meio de cursos específicos ou pela participação em eventos que abordem a temática e ainda por meio de premiações.

Nesse sentido, o curso de capacitação “Água: uma boa notícia” poderá ser replicado nos estados da Federação, em conformidade com a estratégia desenvolvida em Brasília, coordenada pela SRHU/MMA.

Edição de informativos eletrônicos e impressos sobre a GIRH e o SINGREH

Os boletins eletrônicos e impressos são importantes instrumentos de comunicação entre as diferentes instâncias do SINGREH e entre esse e a sociedade em geral. No âmbito da CIÁGUA, torna-se importante estabelecer um processo de comunicação que divulgue e difunda as atividades e orientações dos Órgãos Federais de gestão e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e suas câmaras técnicas.

Esse processo deve tornar acessível às demais esferas da administração pública (entes do SINGREH nas esferas estaduais) e esferas municipais, e à sociedade civil organizada o conhecimento sobre as principais decisões em GIRH segundo a PNRH, atualizando os gestores, técnicos e atores sociais. Os informativos são importantes ainda na medida em que apóiam a difusão da Política Nacional de Recursos Hídricos, articulam o processo de comunicação social do Plano Nacional de Recursos Hídricos e divulgam agendas das instituições do SINGREH e da sociedade em temáticas referentes à gestão da água.

No caso dos informativos eletrônicos, sua edição e distribuição aos entes do SINGREH nas 12 regiões hidrográficas deve ser apoiada pela facilidade com que são produzidos e disponibilizados, além da possibilidade de difundirem em tempo adequado as atividades e decisões no âmbito das Câmaras Técnicas

do CNRH, permitindo o controle social das decisões e o acompanhamento das representações dos diferentes segmentos presentes nos entes do SINGREH. O projeto editorial não deve prever conteúdos extensos, podendo ser editado em formato *pdf* e apresentar uma conceituação clara e acessível nos textos que abordam elementos técnicos da GIRH.

Para o caso dos informativos impressos, inicialmente deve ser feito um levantamento quantitativo das instituições e atores sociais (ONG's, organizações civis de recursos hídricos, coletivos de jovens e populações tradicionais e indígenas, etc.) que não possuem fácil acesso às mídias virtuais, privilegiando-se os órgãos municipais de gestão do meio ambiente, parceiros fundamentais da gestão e atores relevantes no SINGREH. Os municípios são responsáveis pelo saneamento ambiental, pela atuação por meio de consórcios na gestão dos problemas das bacias hidrográficas, e estão representados como um importante componente do segmento poder público nos órgãos colegiados estaduais e federais - comitês e conselhos.

Também devem ser consideradas as instituições da sociedade civil organizada, com atuação ou não em recursos hídricos, mas com interesses na gestão da água. Para a complementação do estabelecimento de mala direta para envio de boletins impressos, devem ser verificadas solicitações por demanda que podem configurar-se como um processo de formação de banco de dados sobre instituições, na medida em que as solicitações sejam realizadas mediante cadastro da instituição. Esse cadastro pode ser feito via correio com uma ficha de inscrição impressa no próprio informativo, ou mesmo via internet.

Os boletins impressos deverão ser desenvolvidos segundo as recomendações dos boletins eletrônicos, seguindo sempre a sua organização e abrangendo os conteúdos abordados durante os exemplares produzidos.

Manutenção de canal de comunicação entre o SINGREH e a sociedade

O estabelecimento e continuidade de um canal de informação junto a sociedade – privilegiando-se os atores envolvidos com a gestão da água – têm como premissa o diálogo entre a sociedade e os diferentes entes do SINGREH. A comunicação deve ir além dos processos gerados pelas esferas superiores da gestão, mas também a partir dos níveis mais locais que representam o lócus de execução das políticas públicas, dos problemas e conflitos relacionados com a água e da adequação dos Programas do PNRH às realidades locais, permitindo a avaliação da implementação da gestão de forma participativa. A abertura desse canal permite aos órgãos federais, portanto, acompanhar e avaliar os problemas locais relacionados à gestão das águas e à sustentabilidade dos processos de desenvolvimento das bacias hidrográficas, contribuindo para melhor eficiência e eficácia na elaboração e execução de políticas públicas.

Longe de se configurar como um canal de denúncias, essa ouvidoria das águas pode ser implantada por diferentes instrumentos, sendo necessária uma atuação coordenada da CIÁGUA para priorizar as informações recebidas e repassar aos/as gestores/as públicos/as que possuam competências nas esferas onde foram geradas. Esse canal aumentará certamente o envolvimento social com o PNRH, mas também a demanda de informações e as instituições do SINGREH deverão promover esforços e qualificar seus quadros para o atendimento dessas demandas geradas pela sociedade. Isso possibilitará maior agilidade nos processos de gestão e melhor conhecimento sobre as problemáticas vividas no âmbito local que limitam o alcance dos objetivos finalísticos do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Como sugestão, a exemplo da Linha Verde criada pelo IBAMA, podem ser abordadas três estratégias no processo de comunicação: (i) uma Linha Azul, que permite o atendimento ao cidadão e cidadã que deseja se informar ou reportar alguma questão relativa a gestão da água; (ii) um atendimento virtual específico, por *e.mail* ou cadastramento no portal eletrônico sobre GIRH (Ação IV.3.3); e (iii) a realização de enquetes públicas restritas a determinados atores e/ou públicos do SINGREH, ou ampliadas para toda a sociedade sobre temas relativos à GIRH, ao PNRH e à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. O atendimento a esses canais de informação, entretanto, requer a disponibilização de técnicos com formação adequada para evitar desgastes dos públicos participantes, gerando confiabilidade e possibilitando a difusão da Política Nacional de Recursos Hídricos para toda a sociedade, ao mesmo tempo em que gera retorno de sua implementação à CIÁGUA.

Enquetes e campanhas públicas

A enquete pública se constitui em instrumento de comunicação entre os formuladores da política e a sociedade em geral, na medida em que identifica a relação da sociedade com a água, a percepção sobre as políticas públicas e funciona como sensibilizadora social, veiculando informações e estimulando a reflexão sobre as problemáticas da água. Assim, recomenda-se também como estratégia de comunicação junto a sociedade a realização de enquetes públicas dentro dos prazos de avaliação e revisão do PNRH, a cada quadriênio.

As enquetes deverão ser planejadas e realizadas por região hidrográfica, cabendo a CIÁGUA conjuntamente com os órgãos competentes a definição de estratégias como parcerias com o IBGE ou contratação de instituições especializadas que permitem maior aprofundamento sobre o tema junto aos públicos

participantes das enquetes, como forma também de sensibilização social. As campanhas destinam-se a sensibilização e mobilização da sociedade para questões específicas, podendo ser desenvolvidas de diferentes formas, inclusive por meio de premiações e processos de certificação. Devem ser planejadas durante a elaboração do Plano de Comunicação, podendo-se utilizar diferentes mídias complementares, sobretudo por tratar-se de processo de comunicação voltado ao amplo alcance da sociedade, como chamadas na televisão e em rádios, inclusive comunitárias, quer sejam abertas ou veiculadas em programas específicos.

A fim de não correr riscos desnecessários em previsões de campanhas e enquetes que deverão ser realizados recomenda-se que tal estratégia seja construída de forma participativa durante a elaboração do Plano de Comunicação para o SINGREH.

Ação IV.3.2) Criação de um Sistema de Gestão da Informação em GIRH, com a formação de uma Rede de Educomunicadores em GIRH

O desenvolvimento de um sistema de gestão da informação em GIRH tem a missão de ampliar e qualificar o fluxo de informações em GIRH, identificar interlocutores em GIRH em todo o país e estimular a sua ação em rede. Essa ação torna-se complementar à Ação IV.3.1, na medida em que estabelece relação entre os agentes multiplicadores formados como educadores no âmbito do SINGREH, e os interlocutores de informações em GIRH que dialogam no caminho de tornarem-se eles também educadores em suas práticas cotidianas.

Ao mesmo tempo, o Sistema de Gestão tem forte correlação com a Ação IV.3.3 ao utilizar o portal eletrônico como uma das formas principais de relação com os educadores, como peça central do ecossistema comunicativo a ser formado pelas redes de educação no SINGREH.

Para o estabelecimento do Sistema de Gestão, torna-se necessária inicialmente a análise e avaliação da contribuição do processo comunicativo sobre informações em GIRH no SINGREH, em apoio ao processo de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. O conhecimento do ambiente sobre o qual serão estruturadas e implementadas as ações de comunicação e com o qual essa irá se relacionar, prescinde também de uma avaliação sobre a atual situação do fluxo de comunicação no SINGREH e entre esse e a sociedade.

Essa avaliação pode ser realizada como uma das ações da CIÁGUA em articulação com os diferentes órgãos de gestão estadual presentes no SINGREH e mobilizados para a educação, como uma das ações do Plano de Comunicação. A partir dessa avaliação, seus resultados serão agrupados em três espaços de educação – atores do SINGREH, profissionais da Mídia e educadores locais - de forma a oferecer, inicialmente aos executores do subprograma e demais entes do SINGREH, um sistema de gerenciamento do relacionamento com estes interlocutores e seu uso como ferramenta estratégica.

Com a formação de educadores, o estabelecimento e estímulo dos canais e instrumentos de comunicação relacionados com a temática da GIRH (Ação IV.3.1), o Sistema de Gestão destina-se à organização da geração e fluxos de informações e conhecimentos em GIRH, o que pressupõe: a adequada análise crítica da pertinência das informações; sua classificação; seu potencial problematizador da questão da água; e a gestão da dinâmica de articulação entre os educadores (pontos focais/agentes multiplicadores e interlocutores) nas diferentes regiões hidrográficas.

Assim, educadores presentes nos órgãos do SINGREH, devidamente formados, terão o papel de articuladores (pontos focais) de redes de educação em GIRH, ou da integração com redes já existentes que acumulem a função de educação em GIRH em cada uma das regiões hidrográficas. Um exemplo de rede existente que pode potencializar o papel de educação em GIRH é a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), mas redes de educação ambiental e mesmo fóruns eletrônicos da sociedade civil nas bacias configuram-se como importantes parcerias no processo de educação.

De fato, a sociedade atual já se articula em redes de informação e conhecimento, devendo ser preparados os pontos focais para o estabelecimento de um enfoque específico sensibilizando e mobilizando atores/atrizes sociais, formando redes dentro de redes. As redes podem ser estabelecidas em articulação com temáticas usuais, ou ainda serem formadas especificamente em bacias hidrográficas quando os articuladores pertencerem a esses territórios, como comitês, agências de bacia, consórcios intermunicipais ou ONG's de atuação regional. As redes são geralmente de formação espontânea com temáticas induzidas, prevendo-se o incentivo à articulação de pelo menos uma rede de educação em GIRH por região hidrográfica, com funcionamento via mídia virtual, e com a possibilidade de encontros presenciais junto aos eventos de formação anuais para educadores em GIRH (Ação IV.3.1 em articulação com o Subprograma IV.2).

A criação dessas redes, em complementação à atuação da CIÁGUA, aumentará a geração e o fluxo de informações sobre a GIRH, o PNRH e sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos. A ideia das redes é

também uma forma de estimular a difusão de informações e conhecimentos gerados a partir das ações dos Subprogramas IV.1, voltado a produção de conhecimento científico e tecnológico, e IV.2, voltado a aplicação prática de conhecimentos e à construção de conhecimento pertinente para uma ação socioambiental transformadora no campo da gestão integrada de recursos hídricos.

Os conhecimentos tradicionais também farão parte da base de fundamentação do processo comunicativo. Assim, são compreendidos no processo de comunicação dois fluxos opostos – mas não antagônicos: o primeiro atende a geração de informações a partir das esferas locais e regionais, relacionadas à prática dos atores sociais junto aos processos de gestão das águas; e o segundo relaciona-se com a geração e difusão de informações a partir dos órgãos coordenadores da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos no SINGREH. Como fluxos intermediários, estão a geração de informações a partir dos órgãos e colegiados estaduais, ao mesmo tempo em que os processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH, que serão grandes geradores de informações e conhecimentos.

Os educadores presentes no SINGREH (pontos focais/agentes multiplicadores) e também nas regiões hidrográficas em instituições que compõem os segmentos representados no SINGREH (interlocutores) serão os responsáveis por esses fluxos, sendo necessário o estabelecimento de um processo de gestão coordenado pela CIÁGUA e fundamentado nos seguintes componentes:

- a) formação de um cadastro contínuo de educadores e interlocutores junto à mídia para identificação de parceiros em todas as regiões hidrográficas no processo de produção e difusão de informações em GIRH, e ainda disseminação de conhecimentos em GIRH produzidos no âmbito do Subprograma IV;
- b) geração e disponibilização de informações acessíveis no âmbito do SINGREH, da Política Nacional e do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- c) coleta e análise de informações nas regiões hidrográficas;
- d) supervisão do processo de adaptação de conhecimentos em GIRH para tornar acessível seu processo de difusão; e
- e) manutenção de um espaço de comunicação (ecossistema comunicativo) adequado para a gestão (geração, coleta, leitura crítica, disponibilização, acessibilidade e compreensão) de informações e conhecimentos em GIRH acessível aos educadores.

Em interface com a Ação IV.3.3, o espaço para a gestão do processo de comunicação será construído apenas em ambiente virtual, dentro do Portal Eletrônico de Informação e Aprendizagem em GIRH. No portal, em espaço reservado aos/as educadores, serão disponibilizados links para o registro de informações, e para a pesquisa de informações e conhecimentos em GIRH.

Os educadores/as também devem receber mala direta do Núcleo de Comunicação do SINGREH. Essa mala direta destina-se a preparar os educadores para apoiar o entendimento crítico das informações difundidas pelos diferentes meios de comunicação pela sociedade, e também para apoiar a difusão imediata de agendas de eventos nacionais e regionais, e editais que se relacionam com as ações do PNRH.

Ação IV.3.3) Criação e manutenção de um Portal Eletrônico de Informação e Aprendizagem em GIRH

Atualmente, a utilização da mídia internet oferece à sociedade possibilidades instantâneas de interação com os órgãos formuladores e implementadores de políticas públicas. O PNRH vem considerando essa estratégia desde a sua construção, estreitando o contato com os diversos públicos por meio de fóruns de discussão e permitindo o conhecimento e controle social sobre os diferentes componentes desde oficinas preparatórias até os resultados finais aprovados pelo CNRH por meio da Resolução nº 58/2006.

Entretanto, esta é uma mídia ágil e com baixo custo, mas de abrangência limitada - apenas 12% dos brasileiros têm acesso à internet (dados do *Information Economy Report 2005*) – devendo-se ser utilizada como estratégia junto aos públicos que lhe tem fácil acesso.

Nesse caso, diversas instituições presentes no SINGREH possuem acesso às mídias virtuais que pode ser considerado satisfatório, mas nem sempre os segmentos representados em órgãos colegiados do sistema mantêm o mesmo desempenho nesse sentido.

A Ação IV.3.3, portanto, refere-se a criação de um portal eletrônico integrado ao subprograma IV.3, aos demais subprogramas do Programa IV, e previsto não só em atendimento à difusão de informações e conhecimentos em GIRH, como também:

- a) em atendimento ao Subprograma IV.1, na difusão de conhecimentos e resultados de pesquisas científicas e desenvolvimento de tecnologias, inclusive sociais voltadas aos povos indígenas e

tradicionais;

- b) em apoio ao processo de desenvolvimento de capacidades em GIRH previstos no Subprograma IV.2, disponibilizando conteúdos e espaços de interatividade virtuais;
- c) na atualização continuada e permanente de técnicos, gestores e atores sociais que passaram pelos processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH, previstos no subprograma IV.2, por meio da difusão de informações e conhecimentos em GIRH abrangendo as diferentes áreas de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e da própria Política Nacional de Recursos Hídricos;
- d) ao processo de cadastro, disseminação de informações, conhecimentos e saberes de povos tradicionais e indígenas e ainda dos projetos descentralizados de educação ambiental da Ação IV.2.4;
- e) à integração e animação de redes de educomunicação;
- f) ao cadastro de interlocutores de informação e conhecimentos em GIRH;
- g) à divulgação de agendas de eventos nacionais, regionais, locais em GIRH e em atendimento às ações do PNRH;
- h) a divulgação de editais referentes ao PNRH, como também de temáticas de interesse para a GIRH;
- i) à difusão de informações e conhecimentos em apoio à GIRH, ao PNRH e à Política Nacional de Recursos Hídricos, subsidiando os processos de tomada de decisão de forma democrática e participativa; e
- j) em apoio ao registro e difusão de informações referentes aos comitês de bacia federais e estaduais que ainda não possuem páginas na internet, possibilitando maior conhecimento e controle social sobre os organismos de gestão das águas.

Sua articulação situa-se também no atendimento da comunicação social sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, difundindo as ações executadas sob seu processo de implementação, e na integração com ações, estratégias e projetos desenvolvidos por instituições que atuam no âmbito da GIRH, voltadas para a conservação de bacias e suas componentes e o uso sustentável da água.

Como elemento de referência do espaço comunicativo associado ao SINGREH, que produz e disponibiliza informações para serem utilizadas pelos diferentes instrumentos e canais de comunicação, o portal busca o atendimento a toda a sociedade por meio da divulgação de informações em GIRH de fácil compreensão, apoiando processos de sensibilização e mobilização social, e em especial disponibilizando conteúdos de apoio a processos de educação ambiental, como temáticas próprias para os coletivos educadores e projetos juntos aos sistemas de ensino.

6 - Área de Abrangência e Beneficiários

Abrangência nacional em todos os segmentos da sociedade civil organizada, organismos de bacia, gestores de recursos hídricos e imprensa que constituírem público de interesse.

7 - Operacionalização de um Arranjo Institucional para Implementação

Esse subprograma deverá ser desencadeado a partir da criação da CIÁGUA, da que terá a responsabilidade de dar seguimento ao conjunto de ações propostas.

8 - Custos

Para a implementação do subprograma, no período de 2008 a 2011, será necessário a quantia de R\$5.000.000,00, a serem investidos anualmente da seguinte forma:

2008	
R\$ 1.000.000,00	
2009	
R\$ 3.000.000,00	
2010	
R\$ 500.000,00	
2011	
R\$ 500.000,00	